

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 07/2012

Disponibilização: 9 de abril de 2012

Período abrangido: 26 de março a 5 de abril de 2012

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ACTIVIDADE PARLAMENTAR**
- 2. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**
- 3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
- 4. AMBIENTE**
- 5. COMÉRCIO**
- 6. COMUNICAÇÃO SOCIAL**
- 7. CONSUMIDOR**
- 8. CULTURA**
- 9. DESPORTO**
- 10. EDUCAÇÃO**
- 11. ENERGIA**
- 12. FINANÇAS**
- CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- 13. JUSTIÇA**
- 14. REGIÕES AUTÓNOMAS**
 - AÇORES**
 - MADEIRA**
- 15. SAÚDE**
- 16. SEGURANÇA SOCIAL**
- 17. TRABALHO**
- 18. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

1. ACTIVIDADE PARLAMENTAR

Resolução da Assembleia da República n.º 40/2012, de 28 de março

(Assembleia da República)

Conta Geral do Estado de 2009

2. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Lei n.º 15/2012, de 03 de abril

(Assembleia da República)

Institui o Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO)

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2012, de 27 de março

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova medidas urgentes tendo em conta a atual situação de seca e cria a Comissão de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca e das Alterações Climáticas

Decreto-Lei n.º 82/2012, de 28 de março

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Institui uma moratória no reembolso das operações de crédito contratadas ao abrigo das linhas de crédito de apoio às empresas do setor das pescas e empresas dos setores agrícola, pecuário, agroindustrial, florestal e ainda ao setor da pecuária intensiva

4. AMBIENTE

Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2012, de 27 de março

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova medidas urgentes tendo em conta a atual situação de seca e cria a Comissão de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca e das Alterações Climáticas

5. COMÉRCIO

Lei n.º 14/2012, de 26 de março

(Assembleia da República)

Procede à terceira alteração ao decreto-lei n.º 95/2006, de 29 de maio, no que respeita à resolução dos contratos relativos a serviços financeiros prestados a consumidores

celebrados através de meios de comunicação à distância e transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º2002/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de setembro, relativa à comercialização à distância de serviços financeiros prestados a consumidores

6. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Despacho n.º 4642/2012, de 02 de abril

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares)

Fixa para o ano de 2012 a verba para atribuição dos incentivos específicos em que se trata de apoiar a prossecução de atividades ou concretização de iniciativas de interesse relevante na área da comunicação social

Despacho n.º 4643/2012, de 02 de abril

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares)

Aprova o Regulamento do Incentivo à Consolidação e ao Desenvolvimento das Empresas de Comunicação Social Regional e Local

7. CONSUMIDOR

Lei n.º 14/2012, de 26 de março

(Assembleia da República)

Procede à terceira alteração ao decreto-lei n.º 95/2006, de 29 de maio, no que respeita à resolução dos contratos relativos a serviços financeiros prestados a consumidores celebrados através de meios de comunicação à distância e transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º2002/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de setembro, relativa à comercialização à distância de serviços financeiros prestados a consumidores

8. CULTURA

Despacho n.º 4754/2012, de 04 de abril

(Presidência da República)

Determina que as Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas se realizem na cidade de Lisboa

9. DESPORTO

Despacho n.º 4644/2012, de 02 de abril

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude)

Reconhece de interesse público a XXXI edição do Torneio Internacional de Futebol Infantil

10. EDUCAÇÃO

Aviso n.º 4629-A/2012, de 26 de março

(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Instituto Camões, I. P.)

Abertura de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento de pessoal docente do ensino português no estrangeiro

Declaração de retificação n.º 480-A/2012, de 30 de março

(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Instituto Camões, I. P.)

Retifica o aviso n.º 4629-A/2012, publicado em suplemento ao Diário da República, 2.ª série, n.º 61, de 26 de março de 2012

Portaria n.º 91/2012, de 30 de março

(Ministério da Educação e Ciência)

Segunda alteração à portaria n.º 550-E/2004, de 21 de maio, que cria diversos cursos do ensino recorrente de nível secundário, aprova os respetivos planos de estudos e aprova o regime de organização administrativa e pedagógica e de avaliação aplicável aos cursos científico-humanísticos, aos cursos tecnológicos e aos cursos artísticos especializados, nos domínios das partes visuais e dos audiovisuais, de ensino recorrente de nível secundário

Portaria n.º 97/2012, de 05 de abril

(Ministério da Educação e Ciência)

Fixa os montantes do subsídio anual por aluno concedidos ao abrigo de contratos simples e de desenvolvimento celebrados entre o Estado e estabelecimentos de ensino particular e cooperativo

11. ENERGIA

Decreto-Lei n.º 74/2012, de 26 de março

(Ministério da Economia e do Emprego)

Estabelece o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de gás natural a clientes finais com consumos anuais inferiores ou iguais a 10 000 m³ e adota mecanismos de salvaguarda dos clientes finais economicamente vulneráveis

Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de março

(Ministério da Economia e do Emprego)

Estabelece o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais com consumos em baixa tensão normal (BTN) e adota mecanismos de salvaguarda dos clientes finais economicamente vulneráveis

12. FINANÇAS

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

Lei n.º 14-A/2012, de 30 de março

(Assembleia da República)

Aprova alterações ao Código do IVA, ao Código dos Impostos Especiais de Consumo e procede à décima alteração ao decreto-lei n.º 347/85, de 23 de agosto, no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira

13. JUSTIÇA

Lei n.º 13/2012, de 26 de março

(Assembleia da República)

Altera pela décima nona vez o decreto-lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, acrescentando a mefedrona e o tapentadol às tabelas que lhe são anexas

Portaria n.º 82/2012, de 29 de março

(Ministérios das Finanças e da Justiça)

Quarta alteração à portaria n.º 419-A/2009, de 17 de abril, que regula o modo de elaboração, contabilização, liquidação, pagamento, processamento e destino das custas processuais, multas e outras penalidades

Portaria n.º 83/2012, de 29 de março

(Ministérios das Finanças e da Justiça)

Quinta alteração aos quadros das secretarias judiciais e dos serviços do Ministério Público, constantes do mapa anexo à Portaria n.º 721-A/2000, de 5 de Setembro

Portaria n.º 84/2012, de 29 de março

(Ministério da Justiça)

Declara instalados o 1.º Juízo do Tribunal da Propriedade Intelectual e o 1.º Juízo do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão

14. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

Decreto Legislativo Regional n.º 10/2012/A, de 26 de março

(Região Autónoma dos Açores)

Estabelece o regime jurídico do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA) e cria o respetivo sistema de atribuição de incentivos financeiros

Decreto Legislativo Regional n.º 11/2012/A, de 26 de março

(Região Autónoma dos Açores)

Define as regras para execução do Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário nos Açores

Decreto Legislativo Regional n.º 13/2012/A, de 28 de março

(Região Autónoma dos Açores)

Quarta alteração do decreto legislativo regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores

Decreto Legislativo Regional n.º 14/2012/A, de 29 de março
(Região Autónoma dos Açores)

Estabelece o regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência ou incapacidade

Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 02 de abril
(Região Autónoma dos Açores)

Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade

Decreto Legislativo Regional n.º 16/2012/A, de 04 de abril
(Região Autónoma dos Açores)

Approva o Código da Ação Social dos Açores

- **MADEIRA**

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 19/2012/M, de 26 de março
(Região Autónoma da Madeira)

Procede à terceira alteração ao decreto-lei n.º 66/2008, de 9 de abril, alterado pelas Leis n.os 50/2008, de 27 de agosto, e 21/2011, de 20 de maio, que regula a atribuição de um subsídio de mobilidade social aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos e entre o continente e a Região Autónoma da Madeira

Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/M, de 30 de março
(Região Autónoma da Madeira)

Approva o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2012

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 20/2012/M, de 30 de março
(Região Autónoma da Madeira)

Approva o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2012

15. SAÚDE

Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março
(Presidência do Conselho de Ministros)

Approva a classificação das empresas públicas e das entidades públicas integradas no Serviço Nacional de Saúde para efeitos da determinação do vencimento dos respetivos gestores

Decreto-Lei n.º 85/2012, de 05 de abril
(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Approva as normas técnicas do Plano de Controlo e Erradicação da Doença de Aujeszky

16. SEGURANÇA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 85-A/2012, de 05 de abril

(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Suspende o regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de reforma por antecipação, constante do decreto-lei n.º 187/2007, de 10 de maio, com as alterações introduzidas pela lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, salvaguardando a situação dos desempregados de longa duração

17. TRABALHO

Portaria n.º 75/2012, de 26 de março

(Presidência do Conselho de Ministros)

Especifica e regulamenta a profissão de jornalista e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais, nos termos da lei n.º 9/2009, de 4 de março

Aviso n.º 4629-A/2012, de 26 de março

(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Instituto Camões, I. P.)

Abertura de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento de pessoal docente do ensino português no estrangeiro

Declaração de retificação n.º 480-A/2012, de 30 de março

(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Instituto Camões, I. P.)

Retifica o aviso n.º 4629-A/2012, publicado em suplemento ao Diário da República, 2.ª série, n.º 61, de 26 de março de 2012

Portaria n.º 95/2012, de 04 de abril

(Ministérios da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social)

Segunda alteração à portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro, que aprova a criação do Programa de Apoio ao Empreendimento e à Criação do Próprio Emprego (PAECEPE), a promover e executar pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., e regulamenta os apoios a conceder no seu âmbito

18. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

Resolução da Assembleia da República n.º 38/2012, de 26 de março

(Assembleia da República)

Recomenda ao Governo que estude uma alternativa que viabilize a requalificação e modernização da linha férrea do Vouga, tendo como pressuposto a sua sustentabilidade